Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL PLENO	**:**	**AC00-G.JD-249/2015**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/10952/2013
PROTOCOLO	**:**	1429211
ÓRGÃO	**:**	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
RESPONSÁVEL	**:**	JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO
CARGO DO RESPONSÁVEL	**:**	SECRETÁRIO
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO SECRETARIA ESTADO -
RELATOR	**:**	CONS. JERSON DOMINGOS

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL. CUMPRIMENTO DAS PRESCRIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES. OBSERVÂNCIA AOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E ÀS NORMAS DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TC/MS Nº 035/2011. PROCESSO REGULAR.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, na 6ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 29 de abril de 2015, ACORDAM os Senhores Conselheiros, na conformidade da respectiva ata de julgamento, por unanimidade, em declarar como REGULAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012, SEM PREJUÍZO DAS RESPONSABILIDADES E EVENTUAIS COMINAÇÕES IMPOSTAS EM OUTROS PROCESSOS, NO MESMO PERÍODO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Campo Grande, 29 de abril de 2015.

Cons. Jerson Domingos – Relator

R E LAT Ó R I O
O Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos – Relator

O presente processo trata da Prestação de Contas de Gestão da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2012, sendo titular do órgão o senhor Jader Rieffe Julianelli Afonso.

A 3ª Inspetoria concluiu a sua análise favoravelmente à aprovação das Contas, e tanto a Auditoria – Corpo Especial quanto o Ministério Público de Contas opinaram em seus pareceres pela regularidade da presente Prestação de Contas.

É o Relatório.

V O T O
O Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos – Relator

A prestação de contas em exame foi remetida tempestivamente ao Tribunal e se encontra corretamente instruída, como exigem as letras "A" e "B" do subitem 3.1 do item 3 da seção I do Anexo I da Instrução Normativa nº 35/2011.

Houve obediência ao princípio da publicidade, disposto no art. 37, caput da Constituição Federal, assegurando também a transparência exigida pelo art. 48, *caput* da Lei de Responsabilidade Fiscal mediante a publicação dos Balanços exigidos.

Constato que os créditos adicionais foram abertos por decretos emitidos pelo Prefeito, na forma disciplinada nos artigos 40 a 46 da Lei nº 4.320/64, como demonstram os dados constantes do Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.

Na execução orçamentária da despesa, conforme comparativos constantes do Anexo11, os valores encontram-se de conformidade com os demais anexos da execução orçamentária e do balanço geral, em observância ao disposto no Art. 12 da Lei 4.320/64, na Portaria nº 42/1999 do MPOG e na Portaria Interministerial nº 163/2001 do MF e MPOG.

Os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais estão corretamente elaborados e os valores contábeis neles constantes são consistentes e corretamente demonstrados, tudo de conformidade com o disposto na Lei nº 4.320/64, na L. C. nº 101/2000 e na Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011.

Ante o exposto, evidenciado o equilíbrio na administração do órgão e responsabilidade na gestão fiscal, e considerando que a prestação de contas foi elaborada

de acordo com a ordem constitucional e legal vigente, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e com fulcro no que dispõem o inciso II do art. 21 e o inciso I do art. 59, ambos da LC nº 160/2012, c.c. o artigo 16, inciso II, "a", 1, do Regimento Interno,

VOTO:

I - pelo julgamento da Prestação de Contas de Gestão da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício financeiro de 2012, como REGULAR.

II – Pela comunicação do resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da L.C. nº 160/2012, e publicação desta decisão no DOTCE/MS, para os efeitos de quitação ao responsável Jader Rieffe Julianelli Afonso, como prevê o artigo 60.

D E C I S Ã O

Como consta na ata, a decisão foi unânime, em declarar como REGULAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012, SEM PREJUÍZO DAS RESPONSABILIDADES E EVENTUAIS COMINAÇÕES IMPOSTAS EM OUTROS PROCESSOS, NO MESMO PERÍODO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Waldir Neves Barbosa.

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros, Iran Coelho das Neves, Marisa Joaquina Monteiro Serrano, Osmar Domingues Jeronymo e Ronaldo Chadid.

Presente, também, o Exmo. Sr. Procurador Geral de Contas José Aêdo Camilo.

Campo Grande, 29 de abril de 2015.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator